

## Apresentação

Julian Perez-Cassarino  
Rozane Marcia Triches  
Jose Giacomo Baccarin  
Carla Rosane Paz Arruda Teo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

Apresentação. In: PEREZ-CASSARINO, J., TRICHES, R.M., BACCARIN, J.G., and TEO, C.R.P.A., eds. *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais* [online]. Chapecó: Editora UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018, pp. 13-21. ISBN: 978-85-64905-72-6.  
<https://doi.org/10.7476/9788564905726.0002>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## APRESENTAÇÃO

A partir dos quatro últimos séculos, mais intensamente nos últimos 100 anos, a alimentação e a agricultura passaram a ser organizadas em escala mundial. A especialização da produção agrícola estendida entre continentes abriu um vasto espaço entre o local onde as pessoas vivem e a origem dos produtos que consomem, entre o trabalho que realizam e os objetos que utilizam. Segundo Friedmann (1993), as relações entre as pessoas e entre as pessoas e o seu território tornam-se organizadas em uma escala para além da observação direta, o que para a autora foi um divisor de águas na história humana.

Central nesta reflexão é a percepção de que as mudanças demográficas, sociais, econômicas e políticas que se deram concomitantemente foram acompanhadas por uma tendência ascendente de deslocamento entre a produção de alimentos e o seu consumo. Se em uma sociedade tradicional e culturalmente mais fechada esse processo é estritamente localizado, em uma sociedade moderna e contemporânea já não há delimitação de espaço nem de tempo. Os alimentos tornam-se mercadorias e, como tais, são tratados, buscando a sua durabilidade, sua desterritorialização, apropriando-se do seu caráter “natural” e substituindo-os. A técnica e a ciência a favor da industrialização da natureza e dos modelos econômicos e políticos tornam-se interventoras, mediadoras, e compõem vários elos que distanciam o consumidor daquilo que consome, o produtor daquilo que produz, transformando-os – consumidores e produtores – num sistema abstrato e com mútuo desconhecimento. Esse distanciamento não ocorreu sem prejuízos para ambas as partes e para a natureza.

Já em 1993, Friedmann frisava que a localização e a sazonalidade constituiriam uma solução promissora e pontuava dois movimentos importantes na desestabilização do sistema alimentar dominante: um baseado em consumidores cidadãos urbanos interessados em promover produções sustentáveis, diversificadas e locais; outro, baseado no empobrecimento e na marginalidade impostos

por turbulentas mudanças nos mercados e nos imperativos de exportação que faziam as pessoas despossuídas agirem com criatividade e energia na busca de suas próprias soluções.

Relativo ao primeiro movimento, um novo ator, até então desconsiderado, tem sido o foco dos interesses. Para Goodman (2002; 2004) e Goodman e Du-Puis (2002), o consumidor parece estar com o poder na condução das indústrias e dos varejos de alimentos e, portanto, a sua relação com a produção passa a ser preponderante. A preocupação em relação ao consumo nos estudos agroalimentares toma corpo e passa a reconhecer-se o alimento como muito mais que apenas uma mercadoria como outra qualquer.

Seja pelo fato de ser uma reação aos riscos atribuídos às questões de saúde e estética e instabilidade quanto às prescrições dietéticas, seja uma reação aos medos alimentares ou, ainda, uma preocupação quanto às questões ecológicas, parece ocorrer uma desconfiança por parte do consumidor no que não conhece ou uma inabilidade para entender ou avaliar os riscos. Portanto, a revisão dos conceitos de qualidade alimentar, o retorno ou resistência das tradições e a busca do reconhecimento do que se consome e de quem produz configuram uma tendência de releitura dos processos dominantes e do encurtamento da cadeia de abastecimento alimentar.

No que diz respeito ao segundo movimento citado por Friedmann (1993), Van Der Ploeg et al. (2000) relacionam a emergência de um novo modelo de desenvolvimento rural com a resposta ao “*squeeze*”<sup>1</sup> promovido pela modernização da agricultura. Para esses autores, nos anos 1990, começa-se a sentir muito fortemente os custos dessa modernização no que tange às despesas monetárias associadas com o crescimento da necessidade de recursos externos e com tecnologias novas e mais caras, além dos custos de transação e de energia intrínsecos às regulamentações e investimentos obrigatórios. Esse aumento dos custos da produção inviabilizaria a atividade por não compensar os preços de venda, demandando estratégias criativas e inovadoras para diminuir os gastos e otimizar os ganhos.

Nesse sentido, os agricultores buscariam maior autonomia a partir da redefinição de relações e interações com os espaços sociais e o ambiente institucional, buscando formas diversificadas de reação e inovação (WISKERKE; VAN DER

---

1 Segundo os autores citados, *squeeze* se refere ao ganho cada vez menor sobre a produção agrícola pelos agricultores, ficando a maior parte dos lucros para as empresas à jusante e à montante.

PLOEG, 2004). Amin e Cohendet (2004) remetem os processos de inovação e desenvolvimento tecnológico à imersão (*embeddedness*) em contextos sociais, e a invenção e a criatividade como sendo frutos de um intenso processo de interação e troca de experiências a partir de situações práticas e contingentes. Esses processos seriam, em última instância, soluções criativas e inovadoras que os agricultores utilizariam para enfrentar problemas complexos. Exemplo disso seriam as estratégias de venda direta ao consumidor de produtos “diferenciados”, resultando na agregação de valor ao produto e diminuição dos custos de produção e transação comparativamente ao seu alinhamento às cadeias longas de abastecimento.

A junção desses movimentos seria o reflexo de uma pressão material sofrida por diferentes grupos de atores que, em face da incerteza e da adversidade, tentam alguma coisa diferente para sobreviverem ou para “melhor viverem”, o que coloca o desafio sobre como desenvolver políticas e regulações que possam assistir seu desenvolvimento.

Em termos regulatórios, aponta Marsden (2003), verifica-se que a evolução para um novo sistema alternativo alimentar não é uma contradição binária entre industrial e alternativo, mas, sim, um sistema convencional de políticas lutando contra si próprio como tentativa de acomodar mais demandas externas e políticas. Para Friedmann (1993), embora a regulação nacional esteja em crise com o regime que sustenta, as nações ainda são o lócus das decisões políticas que estruturam as relações agroalimentares. Porém, sua autonomia é desafiada pelo capital transnacional e pelas instituições e ideologias que promovem a desregulação e o distanciamento do Estado. Para Bonanno (1994), o Estado passa a ter uma ação convergente, mas contraditória. Se por um lado ele protege os interesses da burguesia transnacional, por outro, ele também tenta defender os interesses das classes subordinadas. Então, ambas postulariam a manutenção do Estado, mas motivadas por diferentes e antagônicas razões.

Diante desses três processos ou grupos de atores que se constituem por consumidores, produtores e Estado, é que a cadeia alimentar passa a ser reavaliada. No Reino Unido, a Comissão Política Governamental do Futuro da Agricultura e dos Alimentos encoraja a noção de reconexão da cadeia alimentar como a reconexão dos agricultores com a indústria de alimentos, com o mercado e com o meio rural, e dos consumidores com o que eles consomem e como esse alimento é produzido (CURRY REPORT, 2002 apud ILBERY et al., 2005). Nesse

contexto, o processo de reaproximação, implicando o reconhecimento da ruptura e da desconexão na cadeia alimentar, apoia a ideia da sobrevivência agrícola e da restauração da confiança na produção de alimentos pelo consumidor, mediante cadeias curtas de abastecimento pautadas em novas concepções e construções de qualidade – “quality turn” (GOODMAN, 2003).

Isso tem resultado em uma maior complexidade dos processos de produção e consumo de alimentos e as interconexões entre eles. Para Slee e Kirwan (2008), intrínseca a esta complexidade está a construção e a mediação de valores ligados à combinação dos processos de “*consumption*” e “*quality turns*”. Esses assim chamados “*turns*” ou revisão/revalorização de certos aspectos da qualidade dos alimentos e do papel do consumidor, reconhecem o impacto das novas dinâmicas no desenvolvimento de cadeias alimentares particulares. Essas dinâmicas incluem a crescente importância da localização da produção como forma de valorizar localmente ativos específicos; a necessidade de reconhecer a “natureza” nos processos de produção de alimentos, em vez de simplesmente vê-la como um ônus a ser superado; as preocupações dos consumidores sobre determinados aspectos da cadeia de abastecimento alimentar, com construções de valor cada vez mais complexas; e o reconhecimento da contribuição da agricultura e seu aspecto multifuncional para o desenvolvimento rural.

É mediante essa complexidade que alguns autores (VAN DER PLOEG et al., 2000; MARSDEN et al., 2000; MARSDEN, 2003) vêm defendendo a mudança paradigmática da modernização agrícola para a do desenvolvimento rural, que substituiria teórica, prática e politicamente o anterior. Além dos “*turns*” do consumo e da qualidade, outra motivação para esse processo estaria nas estratégias, nas práticas, nas identidades, nas políticas, nas instituições e nas novas redes incorporadas ao rural. As cadeias de abastecimento alimentar projetam-se como dimensões-chave nos novos padrões emergentes de desenvolvimento rural. Para Marsden et al. (2000), entender a criação, a operação e o desenvolvimento dessas novas cadeias é significativamente importante para abordar esses aspectos referentes ao novo paradigma.

Por sua vez, para poder caracterizar uma cadeia curta como existente, segundo Marsden (2003), ela teria de ter a habilidade de engendrar alguma forma de conexão entre o consumidor e o produtor. Não necessariamente ela estaria relacionada ao tempo e à distância percorrida, mas ao fato de o produto chegar ao consumidor embebido de informação, dando-lhe condições de fazer conexões

e associações com um mínimo de dados sobre o lugar e o espaço onde foi produzido, os valores e as pessoas envolvidas e os métodos empregados. Opera-se com o princípio de que quanto mais “imerso” em um sistema de valores e práticas específicas um produto venha a ser, mais escasso ele é no mercado pela distinção de suas qualidades e proveniência.

A natureza dessas ações enfatiza o engajamento de comunidades e de iniciativas locais que chamam a atenção para o componente social da ação econômica e da construção de novos mercados. Dessa forma, pontua-se que analisar a formação dos mercados pelo viés estritamente econômico é incorrer no erro de uma análise simplista. Teóricos sociais, como Polanyi (1980) e Granovetter (1985), argumentam que os processos sociais são mediadores das operações de mercado, e que valores, regras, laços e inter-relações são importantes na definição das transações econômicas. O local passa a ser uma categoria importante na análise, por ser delimitado e caracterizado por ambientes sociais e culturais, com específicos significados, práticas e valores, diferentemente da escala global. Assim, as cadeias localizadas teriam o papel de conexão social, em que a confiança e a reciprocidade demarcariam essas relações (HINRICHS, 2000).

Nesse incentivo às novas relações, em que se passa a considerar não somente a competitividade e o livre comércio, mas também as questões sociais e de sustentabilidade, o Estado teria o poder de intervenção e regulação. Dessa forma, as compras públicas de alimentos para programas governamentais seriam exemplo de incentivo à outra forma de desenvolvimento, o que Morgan (2006) classificaria como democracia ecológica de um “*Green State*”.

Ao localizar as compras públicas, encurtando a cadeia alimentar, a intervenção estatal seria uma resposta aos problemas relativos aos pequenos agricultores e aos consumidores, pondo ênfase na sustentabilidade e na saúde pública.

Resumidamente, o novo paradigma de desenvolvimento rural corresponderia a um modelo mais endógeno, territorializado e ecologicamente enraizado; as redes agroalimentares alternativas seriam inovações precursoras dessa mudança paradigmática. Essas redes alternativas seriam caracterizadas por relações de consumo e produção diferenciadas, em mecanismos institucionais de governança rural e em seu potencial de fortalecer o desenvolvimento econômico rural.

É na esteira dessas reflexões e com a pretensão de enfatizar essas formas alternativas de abastecimento que este livro foi organizado. Ele foi produto de pesquisas realizadas sobre esta temática pelos organizadores e autores que o

compõem<sup>2</sup>. Divide-se em três seções. A primeira trata de introduzir as discussões sobre a sustentabilidade do sistema alimentar, as formas alternativas de abastecimento e as políticas brasileiras para o setor. A segunda dedica-se aos mercados institucionais, principalmente o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos e experiências nesse sentido em Cabo Verde e Uruguai. A terceira parte, que encerra a obra, traz experiências brasileiras e uruguaias de redes alternativas de abastecimento alimentar.

No primeiro capítulo, Cecilia Rocha inicia a obra enfatizando a sustentabilidade dos sistemas alimentares, apontando para as inflexões do atual sistema dominante e a importância de como fazer para promover mudanças. No centro de suas atenções estão os atores sociais, o Estado e a própria Ciência, elementos-chave nesta intenção.

O segundo capítulo da primeira seção, escrito por Claire Lamine, Iles Marechal e Moacir Roberto Darolt, traz uma análise retrospectiva e também atual das dinâmicas do sistema agroalimentar, considerando as experiências sobre circuitos curtos de comercialização do Brasil e da França.

Encerrando esta seção, Walter Belik e Altivo Almeida Cunha tecem um histórico das políticas públicas relativas ao abastecimento no Brasil, considerando as transformações recentes e suas adaptações a partir dos momentos geracionais dos mercados.

Abrindo a segunda seção desta obra, dois capítulos foram elaborados, tendo em vista as pesquisas realizadas em conjunto nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sobre as compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de agricultores familiares. O primeiro capítulo, de autoria de Rozane Marcia Triches, José Giacomo Baccarin, Carla Rosane Paz Arruda Teo e Vanessa Ramos Kirsten, traz uma abordagem quantitativa sobre o alcance do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 dos municípios e estados. O segundo

---

2 Esta obra é resultado das pesquisas, dos estudos e das parcerias realizadas no âmbito do Projeto “Agricultura familiar, abastecimento e mercados institucionais: conexões entre Brasil, Cabo Verde e Uruguai na promoção da segurança alimentar e nutricional”, aprovado na chamada CNPq 82/2013. Do projeto resultou a criação do Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional “*Karu Porã*” ou a boa alimentação, em Guarani, sendo que esta publicação agrega as pesquisas e reflexões realizadas no âmbito do NEA-SSAN “*Karu Porã*” e de seus parceiros como forma de aprofundar o debate em torno da questão do abastecimento alimentar como um elemento-chave para o desenho dos sistemas agroalimentares. Outro projeto que também financiou as pesquisas realizadas em São Paulo, Santa Catarina e Paraná foi o submetido à Chamada MCTI-CNPq/MDS-SAGI N° 24/2013 – Desenvolvimento Social, intitulado “Agricultura Familiar sob a Vigência da Lei Federal 11.947/2009: Abrangência e Adequação das Chamadas Públicas, Impactos na Agricultura Local e Preços Recebidos pelos Agricultores Familiares”.



capítulo aborda as dificuldades e as formas de superação engendrados em alguns municípios destes quatro estados, considerando as entrevistas realizadas com os diversos atores sociais envolvidos – gestores, nutricionistas, conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), extensionistas rurais e agricultores familiares.

Na sequência, Vladimir Antero Delgado Silves Ferreira e Elsa Barbosa Simões relatam a experiência de Cabo Verde nas compras institucionais de agricultores locais para a alimentação escolar, explanando como estão sendo implantados e implementados os programas-piloto no país.

A experiência uruguaia de compras institucionais também é recente e, nesta obra, é descrita por Adriana Machado, Alejandro Pizzolon e Jorge Vaz Tourem, revelando os caminhos trilhados nesta tentativa, seus percalços, dificuldades e avanços.

Aprofundando as discussões sobre o PNAE no Brasil, o capítulo escrito por Carmine Marcon Piano e Camila Elizandra Rossi busca identificar o respeito à cultura alimentar a partir da análise dos cardápios e das chamadas públicas de municípios paranaenses, observando fragilidades no atendimento a este requisito entre os casos investigados.

Nesse sentido de avaliação da qualidade dos cardápios e alimentos servidos aos escolares, outro capítulo, escrito por Cassiani Gotama Tasca e Suelen Regina Lothermann, identifica o grau de processamento dos gêneros alimentícios solicitados pelas chamadas públicas em municípios dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. As autoras evidenciam que há incongruências entre a demanda e a oferta de produtos, considerando o tipo de alimento que é solicitado aos agricultores familiares.

Além da análise do PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também foi considerado nos próximos três capítulos que se seguem. André A. Michelato Ghizelini inicia as discussões abordando em que medida as compras institucionais relativas ao PAA têm proporcionado condições para que a pequena agricultura possa desenvolver processos de autonomia e menor dependência para os mercados integradores e agroexportadores.

Na esteira desta abordagem, Cimone Rozendo reflete sobre o caso do PAA na região do semiárido brasileiro, considerando as intervenções que este Programa trouxe e suas influências nas instituições, formas de governança e independência dos agricultores, mas sem deixar de pontuar as armadilhas deste processo.

Por fim, para encerrar a seção de mercados institucionais, Panmela Soares, Rafaela Karen Fabri, Suellen Secchi Martinelli, Vitória Uliana Bianchini e Suzi



Barletto Cavalli trazem a experiência da modalidade Compra Institucional do PAA para aquisição de produtos da agricultura familiar para os restaurantes populares brasileiros, realizando um diagnóstico revelador sobre as condições atuais.

Na última seção desta obra, procurou-se trazer outras experiências alternativas de abastecimento. No primeiro capítulo, Juliana Gonçalves e Thais Mascarenhas enfocam o papel do consumo na reorganização destas cadeias de abastecimento alternativas. Para tanto, abordam os circuitos curtos agroalimentares sob a ótica dos grupos de consumo responsável (GCRs) no Brasil e se propõem a discutir a interdependência entre os elos da cadeia de abastecimento de alimentos.

Na sequência, Julian Perez-Cassarino e Laércio Meirelles tratam de descrever a trajetória de uma das principais organizações em âmbito nacional e internacional que representa um modelo alternativo para a produção e comercialização de alimentos – a Rede Ecovida. A proposta é trazer o resultado do processo de sistematização dos documentos e histórico, resgatando as motivações, o ideário e processo de organização desta Rede.

Conclui-se esta parte e esta obra com a experiência do Uruguai com a conformação de redes alternativas de abastecimento, considerando os movimentos, suas dificuldades e formas de atuação para levar a cabo a produção, comercialização e certificação da agricultura orgânica/agroecológica no país.

Espera-se com estes capítulos contribuir para o aprofundamento dos temas que envolvem formas alternativas no abastecimento alimentar que sejam mais justas, mais saudáveis e mais sustentáveis. Nesse sentido, pretende-se evidenciar esta temática para que tanto a academia quanto o Estado e a sociedade possam pensar e efetivar mudanças que promovam sistemas alimentares sustentáveis, com soberania e segurança alimentar e nutricional.

***Os organizadores.***

## REFERÊNCIAS

BONANNO, A. The locus of polity action in a global setting. In: BONANNO, A. et al. *From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food*. Kansas: University Press of Kansas, 1994. p. 251-264.

AMIN, A; COHENDET, P. *Architectures of Knowledge: Firms, Capabilities, and Communities*. New York: Oxford, 2004.

FRIEDMANN, H. After Midas's Feast: alternative food regimes for the future. In: ALLEN, P. *Food for the future: conditions and contradictions of sustainability*. California: John Wiley e Sons, Inc., 1993. p. 213-233.

GOODMAN, D. Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. *Sociologia Ruralis*, v. 42, p. 272-277, 2002.

\_\_\_\_\_. Rural Europe redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia Ruralis*, v. 44, p. 3-16, 2004.

\_\_\_\_\_. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, p.1-7, 2003.

GOODMAN, D; DUPUIS, E.M. Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. 42, p. 5-22, 2002.

HINRICHS, C. C. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. *Journal of Rural Studies*, v.16 p.295-303, 2000.

ILBERY, B. *et al.* Product, process and place an examination of food marketing and labelling schemes in europe and north america. *European Urban and Regional Studies*, v.12, p.116-132, 2005.

MARSDEN, T. K. *The condition of rural sustainability*. Assen: The Netherlands, Van Gorcum, 2003.

\_\_\_\_\_. *et al.* Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*,v.40, p. 424-438, 2000.

MORGAN, K. School Food and public domain: the politics of the public plate. *The political quarterly*, UK, v.77, p. 379-387, 2006.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SLEE, B; KIRWAN, J. Hybrid theories for hybrid food chains? In: WISKERKE J. S. C. *et al.*, *Sustaining Food Supply Chains: Grounded perspectives on the dynamics and impact of new modes of food provision*, Aldershot: Ashgate Publishers, 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v.40, p.392-408, 2000.

WISKERKE, J. S. C; VAN DER PLOEG, J. D. *Seeds of Transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004.